

# O CONTROLE DO CAPITAL: uma impossibilidade objetiva.<sup>1</sup>

MARIA CRISTINA SOARES PANIAGO  
Prof.<sup>a</sup> Doutora do Depto de Serviço Social  
Universidade Federal de Alagoas

## Introdução

A velocidade das transformações técnico-produtivas operadas pelo processo de acumulação do capital, nos últimos 30 anos, tem sido acompanhada, após a euforia neoliberal, por uma não menos veloz mudança nos discursos, tanto dos representantes do capital, como das forças políticas organizadas do trabalho.

Depois de esgotada a fase expansiva do pós-guerra, em que se pôde promover uma maior distribuição de ganhos à força de trabalho sem que se comprometesse a lucratividade do capital, um novo ciclo de crise se instala, colocando em xeque, em intervalos cada vez mais curtos, a eficácia das medidas corretivas do fluxo da acumulação do capital. Essas medidas, promovidas pelas iniciativas neoliberais, contavam, até recentemente, com a defesa de sua inevitabilidade tanto pela direita como pela esquerda (e aqui não importa o grau de comprometimento, mas o sentido das políticas de fato implementadas) instaladas no poder.

Os entraves atuais a uma solução de curto prazo para a crise estrutural do sistema do capital, e a dificuldade na obtenção de imediatos efeitos protelatórios da crise, têm provocado sensíveis alterações até mesmo nos discursos dos ideólogos do neoliberalismo. Depois de advogarem a imperativa necessidade de reverter-se as políticas sociais e de desarticular os mecanismos institucionais estratégicos do Estado do Bem-estar Social (ação interventiva do Estado e regulação da competição no mercado), os neoliberais passam a encontrar dificuldades em constituir um consenso político mais duradouro. O que conhecia-se como programa mínimo do chamado Consenso de Washington - privatização, controle da inflação, Estado Mínimo, liberalização do comércio e auto-regulação do mercado -, em pouco mais de sete anos, perde seu caráter de consenso e é reformulado às pressas para atender, por um lado, às novas necessidades da acumulação e da preservação da taxa de lucro, e por outro, para não perder a credibilidade frente os resultados desastrosos da irrupção da crise asiática<sup>2</sup>, um dos mais promissores laboratórios experimentais do neoliberalismo.

---

<sup>1</sup> Texto publicado na Serviço Social e Sociedade – n.64 – Cortez Editora – São Paulo – 2000.

<sup>2</sup> “Depois da recente crise financeira, as economias da Ásia não são mais citadas como exemplos de sucesso e já são condenadas por suas políticas equivocadas, tidas como responsáveis pela confusão atual.”. Palavras de Joseph Stiglitz, na ocasião, vice-presidente sênior e economista-chefe do Banco Mundial. (Ver Folha de São Paulo de 12/07/98, no caderno Mais!)

Agora fala-se em Pós-Consenso de Washington, cujo teor procura suavizar algumas medidas antes radicalmente restritivas quanto à atuação do Estado, e corrigir distorções inibidoras da competição entre empresas. O Estado passa a ser convocado como um complemento do mercado, no sentido de promover seu pleno desenvolvimento e de desembaraçá-lo dos excessos monopolistas ou oligopolistas de alguns capitalistas particulares.<sup>3</sup> Vemos aqui como princípios de política econômica veementemente contrapostos ao Estado do Bem-Estar, como o da absoluta liberdade de mercado, são facilmente substituídos quando o descontrole dos capitais no mercado mundializado, percebido até mesmo por seus mais comprometidos ideólogos, passa a entravar o próprio regime de acumulação dominante.

A administração da crise do capital, com intenções de superação expansiva, torna-se cada vez mais difícil, até mesmo para seus gestores mais poderosos. O descontrole dos ciclos reprodutivos do capital aparece de forma ainda mais visível nos momentos de crise aguda, e expõe, à superfície, os limites enfrentados pelo sistema capitalista global quando busca compatibilizar os interesses particulares com a lógica da acumulação ampliada do capital.

Frente às dimensões da crise detonada na década de 70, também os defensores do Estado do Bem-Estar não conseguiram sustentar incólumes sua posição original. Pressionados pelas conseqüências sociais da crise do capital, por seus resultados manifestos na crise fiscal do Estado e pela investida conservadora neoliberal, tiveram que encontrar uma alternativa que não os afastasse tanto de seu compromisso social-democrata, mas que também os capacitasse a apresentar soluções políticas concretas que lhes garantissem o exercício do poder no capitalismo avançado. Dentro desse espírito mediador surge a tese de uma ‘Terceira Via’, fundada na necessidade de um “consenso de centro-esquerda para o século 21” defendido, principalmente, por Tony Blair e pelo trabalhismo inglês.

O que antes constituía o centro das preocupações sociais-democratas, ou seja a defesa e a expansão dos ganhos defensivos dos trabalhadores na relação capital-trabalho, passa a se subordinar aos imperativos da chamada Economia Mista, e desvanece o antagonismo entre as partes envolvidas. Para Giddens<sup>4</sup>,

A nova economia mista, ao contrário da antiga, não diz respeito primariamente a um equilíbrio entre indústrias estatais e privadas. Diz respeito a um equilíbrio entre regulamentação e desregulamentação, e entre o aspecto econômico e o não-econômico na vida da sociedade.

---

<sup>3</sup> “A questão não é saber se o Estado deve ou não intervir. A questão é saber de que forma deve intervir. O mais importante é que não devemos considerar o Estado e os mercados como substitutos um do outro. Quero propor que o governo deva se considerar como um complemento aos mercados, atuando para que os mercados cumpram melhor as suas funções, além de corrigir suas eventuais falhas.” (Joseph Stiglitz, na ocasião, vice-presidente sênior e economista-chefe do Banco Mundial - Folha de São Paulo de 12/07/98, no caderno Mais!)

<sup>4</sup> “A Terceira Via em cinco dimensões.”- Anthony Giddens.(Folha de São Paulo, 21/02/99, caderno Mais!). Ver, também, seu livro “A Terceira Via – reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia”, publicado, neste ano, pela Record (Rio de Janeiro).

A ênfase no equilíbrio entre os princípios neoliberais e sociais-democratas vem francamente expressa na intenção de torná-los capazes de gerenciar a crise do capital, de serem “a alternativa” ao bom desenvolvimento do capitalismo, mesmo que isso signifique se afastar de seu, ainda que tênue, compromisso com os trabalhadores, e de reafirmar a supremacia do mercado no âmbito da produção material e da reprodução social. Nesse sentido, a Economia Mista deve conter medidas cujos objetivos sejam: “preservar a competição econômica quando ela é ameaçada pelo monopólio”, “controlar monopólios naturais”, “criar e sustentar as bases institucionais dos mercados”, “resguardar bens públicos, políticos ou culturais da intromissão indesejada do mercado”, “fazer uso dos mercados para objetivos de médio e longo prazo”, “minimizar as flutuações dos mercados, no plano macro assim como no micro”, “proteger as condições físicas e contratuais dos empregados, já que os trabalhadores não são uma ‘mercadoria como outra qualquer’” e “reagir às catástrofes e enfrentá-las, incluindo aí os efeitos catastróficos induzidos pelos mercados”.<sup>5</sup>

O próprio Giddens afirma que devemos romper a paralisia pós-1989 da teoria política de esquerda - a Terceira Via é a alternativa<sup>6</sup>. Já não se encontra mais em foco a proposta revolucionária socialista fundada em Marx, pois essa foi enterrada com o colapso do regime soviético no leste europeu. Como vimos, a partir das políticas indicadas, não se questiona mais a necessidade ou não do mercado e do capital, ou a existência historicamente constituída desse modo de produção. A perenidade do capital encontra-se pressuposta; a tarefa é controlar os apetites insaciáveis do capital tornando-o mais justo e democrático<sup>7</sup>.

A possibilidade ou não de controle do capital é o objeto de nosso interesse nesse artigo. Nesse sentido, o que gostaríamos de destacar nessa introdução é o ponto de convergência existente entre as duas representativas posições expostas acima (Giddens e Stiglitz) quando explicitam os princípios que orientam seus projetos sociais: a necessidade de controle sobre o capital, ao mesmo tempo em que se cultua a liberdade individual e o mercado. Não se trata de uma questão teórica nova; Marx dedicou toda sua obra a desvelar os verdadeiros fundamentos da Teoria Política Clássica no sentido de provar a necessidade e a possibilidade da superação do antagonismo entre liberdade e mercado, liberdade e capital.

A teoria liberal convive com essa questão teórica desde sua origem, mas o que nos faz notificar tal fato é que enquanto o capitalismo persevera nos determinantes de sua crise estrutural, inviabilizando

---

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>6</sup> “Com a rápida redução da classe trabalhadora e o desaparecimento do mundo bipolar, diminuiu a projeção da política de classe, assim como a divisão entre direita e esquerda. (...) a Terceira Via representa um movimento de modernização do centro. Embora aceite o valor socialista básico da justiça social, ela rejeita a política de classe, buscando uma base de apoio que perpassasse as classes da sociedade.” Idem, *ibidem*.

<sup>7</sup> “A democracia liberal fracassa porque não é democrática o bastante. (...). Para recuperar confiança e legitimidade, a Terceira Via advoga um minucioso pacote de reformas que, juntas, poderiam definir um novo Estado democrático.” Idem, *ibidem*.

no curso de sua própria dinâmica reprodutiva sistemas sociais tidos como alternativos a ele, como o soviético e o Estado do Bem-Estar, os teóricos liberais contemporâneos e setores da esquerda (se se pode considerar assim) reeditam velhas teorias que, como saldo, apenas reafirmam a definitiva (e crescente) supremacia do capital sobre o trabalho. Ainda mais, candidatam-se a encontrar uma saída à crise do capital que promova sua sobrevivência (mais ou menos) regulada e (mais ou menos) justa, adequada a um novo padrão de acumulação.

A questão central, aqui, é se há alguma possibilidade de controle sobre o capital. Controle esse que possa reverter as conseqüências danosas da crise estrutural do capital a ponto de resgatar a prioridade das necessidades humanas frente à necessidade da produção de coisas, que possa superar o fetichismo da mercadoria de tal modo que não precisemos mais aceitar que “Faz parte do cotidiano dos negócios mercantis, em caso de colheitas recordes, queimar em massa produtos agrícolas ou desnaturá-los por meio de processos industriais, enquanto bem ao lado as pessoas morrem de fome.”<sup>8</sup>

Para alguns autores marxistas é a partir daí, da análise dos próprios fundamentos do sistema do capital, que se pode compreender os limites ontológicos das políticas que visam o controle da desumanidade do capital e a possibilidade/necessidade da sua superação. Tendo como referência principal *O Capital* de Marx e, um seu estudioso, István Mészáros (com o seu *Beyond Capital*), procuraremos destacar os importantes elementos desenvolvidos por eles que fundamentam, no fim, a impossibilidade de controle do capital e a necessidade de sua superação socialista.

Antes, contudo, examinaremos um conjunto de argumentos presentes no interior da esquerda, cujo objetivo central é encontrar uma alternativa mediadora entre o combate ao capitalismo e a construção de formas socialistas de produção, e gestão política, em seu interior.

## 1.

Poderia o sistema do capital restringir seu impulso à acumulação e sua sede de crescimento expansivo, reverter suas prioridades lucrativas no sentido de torná-lo menos explorador e mais distributivista, permitir o desenvolvimento de unidades produtivas e associativas autônomas em seu interior, ou mesmo, colocar seus objetivos maiores sob o jugo e decisão de uma instância democrática que contasse com a participação igualitária dos trabalhadores e dos possuidores de capital? Enfim, poderia o sistema do capital “compartilhar poder” com o trabalho, bem como absorver alterações substantivas em seu *modus operandi*, e até mesmo, sob pressão de uma correlação de forças desfavorável, permitir o crescimento gradual de formas anti-capitalistas de produção e de gestão social?

---

<sup>8</sup> Robert Kurz, Folha de São Paulo, 26/07/98.

Todas essas questões estão presentes de uma forma ou de outra nas análises teóricas que pretendem entender o mundo atual e agir sobre ele de forma consciente e transformadora.

Dentro do que podemos considerar um largo espectro da esquerda, há hoje um predomínio de posições que apresentam como caminho de superação do capitalismo uma gradual conquista de espaços dentro e fora dele, sendo que as propostas de ação concreta encontram-se fundadas em pressupostos teóricos que incluem a necessidade de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa, e a possibilidade de sua construção a partir da democratização do capital e da experimentação alternativa de atividades autônomas do trabalho liberadas da relação-capital.

A derrota do regime soviético, por um lado, e o fracasso emancipatório do Estado de Bem-Estar Social, por outro, legou à esquerda uma gama de problemas teóricos e práticos que, ao invés de levar a uma avaliação mais crítica da relação capital-trabalho prevalecente, afastou a necessidade da revolução e tornou emergente a formulação de um novo contrato social mais democrático, pois, como dizem muitos, o agravamento da exploração e da miséria frente a cada vez maior produção da riqueza social deve-se não à democracia ou à sua incapacidade de promover as transformações estruturais necessárias, mas à falta dela.

Outras medidas devem ser pactuadas que venham regular e controlar o funcionamento do mercado, que compense as desigualdades acentuadas pela globalização, que restrinja a supremacia dos monopólios e das empresas transnacionais ante os Estados Nacionais, que ampliem as oportunidades, e que formulem uma normatização jurídica mais efetiva e democrática para a ação do Estado, cujo conteúdo contemple a defesa das pequenas propriedades, a eliminação de privilégios econômico-financeiros, regras fiscais mais justas, enfim, que o Estado democrático a surgir seja menos discricionário e, de fato, atue como representante de todos os cidadãos e realize a vontade dos vários indivíduos sociais<sup>9</sup>. Desaparece o antagonismo entre a figura do trabalhador e do apropriador do trabalho alheio, quando se referem à sociabilidade existente. Todos são, antes de tudo, cidadãos.

Superada a fase anterior<sup>10</sup> de conquista das liberdades civis e políticas, e reconhecida sua insuficiência à sustentação dos direitos sociais e econômicos temporariamente incorporados nos países avançados, e quase inexistentes nos países periféricos, como provou a história mais recente, a crítica permanece, no entanto, restrita ao campo da política democrática burguesa acrescida de ingênuas

---

<sup>9</sup> O artigo publicado em O Estado de São Paulo em 21/9/99 pelo deputado federal do PT, José Genuíno, é exemplar nesse sentido. A certa altura ele defende a necessidade de um desenvolvimento sustentado (no capitalismo), a não realização do lucro para poucos, e a promoção da qualidade e das oportunidades de vida para o conjunto (note-se!) da sociedade. Abandona claramente a perspectiva de um programa revolucionário que contemple a eliminação da exploração e da apropriação privada do produto do trabalho alheio. Um programa democrático-liberal passa a substituir aquele.

<sup>10</sup> “A ineficácia das políticas contracíclicas de inspiração keynesiana apareceu nitidamente na segunda metade da década de 70, quando se revelaram incapazes de sufocar o desenvolvimento concomitante do desemprego e da inflação.” Bihl (1999:110)

reivindicações econômicas que nem sequer questionam a natureza do capital, apenas reivindicam mudanças parciais em sua estrutura operativa – uma mudança no modelo econômico.

De outro ponto de vista, sem entrarmos no detalhe da diversidade teórica existente entre as posições de esquerda (e suas conseqüências prático-políticas) acerca do papel da luta de classes, temos ainda estratégias explicitamente contrárias à lógica reprodutiva do capital e que apostam na possibilidade de transformação do capitalismo por meio da conjunção de lutas pela reforma e pela revolução.

Em consonância com essa posição, Bihr (1999:215) coloca a necessidade de se

apoderar, *dentro* da sociedade capitalista e *contra* ela, dos elementos e das condições da construção da sociedade comunista, para desenvolver todas as suas potencialidades críticas e tirar partido das diferentes contradições internas da apropriação capitalista da práxis social.

Não se trata, aqui, apenas de dar o devido peso à ação consciente das forças trabalhadoras no processo de luta pela emancipação humana, mas de indicar instrumentos de ação imediata que possam engendrar uma sociedade alternativa funcionando através de democracia direta (“associativa e de autogestão”), cuja pretensão é permear todas as atividades sociais e, ao invés da competição capitalista, desenvolver “redes de empresas alternativas” e “redes de associações” com base em relações de cooperação social, que se estenderiam aos serviços públicos, às atividades culturais e às demais condições de existência dos trabalhadores.

A ampliação desses “espaços de liberdade” na sociedade capitalista teria como finalidade a construção de um contrapoder, enquanto poder alternativo ao poder existente – “ao mesmo tempo complementar e antagônico” – que seria “capaz não só de impor reformas ‘radicais’ à classe dominante, mas também de tornar acreditável a perspectiva de uma ‘ruptura’ com o capitalismo, revertendo a relação de forças em seu favor.”

Estaria assim superada a “oposição estéril entre luta por reformas e luta revolucionária”, uma vez que se criaria “simultaneamente as condições de uma pressão transformadora sobre o capitalismo atual, para modificar suas regras do jogo em um sentido favorável aos trabalhadores, através de uma série de reformas; e as condições de uma ‘ruptura’ revolucionária posterior.” (Bihr, 1999:216-24)

Ainda que a defesa da necessidade de ruptura com o capitalismo esteja presente em posição como essa, à esquerda da social-democracia, o que lhe atribui significativa diferença do ponto de vista do comprometimento com um projeto radical de eliminação de toda forma de exploração, a aposta política de que é viável, por um lado, subtrair, do sistema do capital, espaços para produção anti-capitalista com

base na cooperação e não na competição, e de outro, administrar de uma forma mais justa o capitalismo, com vistas à recuperação gradual do controle sobre o processo de produção material e de reprodução social pelos trabalhadores, coloca todas as posições juntas frente ao mesmo desafio teórico, qual seja, demonstrar que o sistema do capital, hoje como nunca universal e totalitário, é capaz de absorver tais anomalias em seu interior sem reagir de forma determinada às ameaças de tal ordem à realização das suas taxas de lucratividade.

O gradiente possível das taxas de lucro numa situação de crise cíclica fica bastante reduzido devido à ação da concorrência entre os capitais. O significado das ameaças à realização das taxas de lucro necessárias à acumulação faz com que os capitalistas cerrem fileiras (mesmo contra os capitalistas mais vulneráveis) e procurem reverter, de todas as formas a seu alcance, a queda da taxa de lucro, eliminando qualquer possibilidade de concessões substantivas aos trabalhadores, mesmo que passíveis de permanentes renegociações. De acordo com essa tendência, nem se pode pensar em permitir que atividades produtivas, mesmo que marginais, escapem à lógica do capital e minem seu domínio ideológico sobre a força de trabalho.

O que vemos é que, no estágio atual de desenvolvimento, a saída da crise adotada pelo capital tem sido a intensificação da automatização dos processos de produção, cuja tendência crescente e incessante de aumento da produtividade apresenta como contrapartida uma tendência inversa: diminuição do trabalho vivo necessário a um dado nível de produção. Como resultado temos o agravamento de uma contradição inerente à relação capital-trabalho, pois ao reduzir-se o contingente da força de trabalho ocupada e aumentar-se o trabalho excedente, a realização da produção crescente de mais-valia não está assegurada na mesma medida. A conseqüência desse movimento imposto pelo capital é um excesso de mercadorias sem realização do lucro médio esperado, em outras palavras, revela-se uma “contradição entre valor de uso e o de troca dessa mesma mercadoria” o que, segundo Mandel (1990:210), traduz a verdadeira essência da crise econômica capitalista - ser “sempre uma crise de superprodução de mercadorias”.

O impacto dessas contradições inerentes ao sistema do capital em nenhum momento significa que o capital perca o controle sobre o ciclo reprodutivo global, ao contrário, o que temos visto até aqui, é que tem encontrado sempre formas de protelar a explosão dessas contradições. E se é verdade que cada vez encontra menos condições de reativar, em novo patamar, o fluxo da acumulação e de contornar as contradições inerentes a esse modo de produção, também é verdade que seu antagonista vital, a força de trabalho, encontra-se em condições tanto quanto desfavoráveis para assumir a direção histórica do processo de emancipação.

Não nos cabe aqui avaliar os efeitos nocivos da crise sofridos pela organização da classe trabalhadora<sup>11</sup>, nem seu estado de ânimo<sup>12</sup> claramente defensivo, nem mesmo seu nível de combatividade no período imediatamente posterior ao retrocesso dos ganhos obtidos na fase expansiva do capital que caracterizou o Estado do Bem-Estar Social. O que nos interessa sublinhar é que, quando analisamos as propostas da esquerda para a classe trabalhadora, tais como as de Bihr, notamos, por um lado, uma subestimação da supremacia, ainda inquestionável, do capital no controle do metabolismo social, por outro, uma superavaliação do poder da subjetividade operária em impor limites ao capital através da conquista de posições no interior de seu sistema reprodutivo, sem que se leve em conta sua capacidade real de confrontá-lo.

Uma mera aposta na força da subjetividade do trabalho, fragilizada pela crise e, atualmente, conformada a uma posição claramente defensiva, não é suficiente e capaz de remover as condições reais e estabelecidas do sistema do capital. Sem se compreender as exigências da objetividade do capital no sentido de superá-la e se despir do misticismo da “Economia Mista” e sua estratégia mediadora, não há luta de classes que possa destruir a relação-capital.

Há, ainda, uma outra dimensão da objetividade do capital que inviabiliza as tentativas de o superar “por dentro” do capitalismo. A ela dedicamos as próximas páginas.

## 2.

Na sociedade produtora de mercadorias os "produtos da mão humana" assumem a "forma fantasmagórica de uma relação entre coisas". Como diz Marx (1983:71), "as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho.", aparecem como uma "relação física entre coisas físicas." Esse é o mistério da mercadoria: os produtos do cérebro humano e da ação do homem ganham "vida própria", parecem simples relações entre coisas físicas, alheias à relação social entre os homens da qual originam-se. E, ao invés de servir às suas necessidades, opõem-se a eles, e lhes aparecem como um poder estranho, fora deles. Trata-se aqui do fetichismo próprio à forma mercadoria como o caracterizou Marx n'O Capital.

No modo de produção de mercadorias, a necessidade humana deixa de ser o elemento impulsionador da capacidade produtiva; o que determina a produção é o valor de troca a ser realizado no intercâmbio entre possuidores de mercadorias, e não o valor de uso. O valor de troca subordina

---

<sup>11</sup> Segundo Mandel (1990:231) “Toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado.” Gera medo, desemprego e o obriga à: aceitação de perdas salariais, aceleração do ritmo da produção, piora das condições de trabalho e redução da rede de proteção social.

<sup>12</sup> “As organizações de massa do movimento operário europeu viveram a euforia do ‘crescimento permanente que assegura o pleno emprego e o progresso social! O traumatismo de 8 anos de desemprego massivo – crescente! – obrigou-o a voltar a si.” (Mandel, 1990:232)



definitivamente o valor de uso, ao ponto que "o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas".(Marx,1983:71) Os desejos e as necessidades do homem, para serem atendidos, devem estar de acordo com a lógica da produção voltada à troca. E a expressão de sua vontade está subordinada à função econômica que desempenha na produção de mercadorias.

A vontade dos indivíduos existe apenas enquanto constituem-se em "guardiões" de mercadorias, pois estas são dispostas mutuamente na relação de troca por um ato de vontade comum aos indivíduos envolvidos. A vontade da coisa se transforma em vontade do indivíduo, o que, de outro modo, significa dizer que "O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma." (Marx,1983:79-80)

Os possuidores de mercadorias são antes de tudo representantes da vontade da coisa, são personificações das relações econômicas e "portadores das quais eles se defrontam." São indivíduos sociais inseridos em relações sociais determinadas pela produção de mercadorias. Isso não quer dizer que o indivíduo desapareça na relação social, mas apenas que, enquanto indivíduo, se depara com determinações próprias a cada organização social, as quais ou assimila e sobrevive, ou se isola e desaparece do cenário social, ou, por último, o indivíduo a transcende e a reestrutura, mas de forma consciente e planejada e não como um impulso acidental.

O possuidor de mercadorias é distinto dela, por isso...é seu representante. Como bem diz Marx(1983:79) no início do capítulo II de O Capital, "As mercadorias não podem por si mesma ir ao mercado e se trocar." O indivíduo social é seu representante, age em seu nome na relação de troca, é dominado por essa relação, mas existe anterior a ela. A mercadoria é apenas uma forma histórica transitória da produção material, da troca do homem com a natureza. Apenas através da ação direta do indivíduo pôde ser produzida, e por sua ação consciente e planejada<sup>13</sup> poderá, futuramente, ser destruída. O "produto da mão humana" a criou, do mesmo modo, pode destruí-la. Como também o fetichismo que caracteriza a forma mercadoria.

O caráter fetichista da mercadoria, segundo Marx(1983:71),

provém (...) do caráter social particular do trabalho que produz mercadoria. (...) não tem que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não tem mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

O fetichismo domina o processo social, impregna os produtos do trabalho "tão logo são produzidos como mercadoria, e (...), por isso, é inseparável da produção de mercadorias." Não se pode, portanto,

---

<sup>13</sup> De acordo com Rosdolsky (1983:481), citando Marx dos Grundrisse, dado o caráter antitético das formas que constituem a unidade social sua transcendência não pode se dar através de uma "metamorfose pacífica". É necessária a intervenção consciente da "luta proletária de classe".

alterar apenas sua forma<sup>14</sup> num ato de vontade, numa tentativa isolada de produção com base na cooperação e na reintegração do controle do produtor sobre seu produto (se isso fosse possível), pois trata-se de um artifício de efeitos apenas parciais, uma vez que o fetichismo é inseparável desse modo de produção, e a relação de troca é essencialmente uma relação de indivíduos que se defrontam no mercado. Produções alternativas à base da cooperação permanecem à margem, enquanto predominar a produção de mercadorias, uma vez que permanece atuante a antítese entre valor de troca e valor de uso.<sup>15</sup>

Como disse Marx nos *Grundrisse* (1973:86), "a livre troca entre indivíduos associados sobre a base da apropriação e controle comum dos meios de produção, (...) não tem nada de arbitrário: ela pressupõe o desenvolvimento de condições materiais e espirituais" que se encontram "ocultas" na "sociedade tal qual é." Mas continua ele n' *O Capital* (1983:76):

A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa.

Trata-se, portanto, de um processo social a ser constituído, cujo peso das condições materiais historicamente desenvolvidas não é desprezível, e atua de forma decisiva na submissão da vontade aos imperativos da produção de mercadorias. Da mesma forma que o sistema de trocas criou as condições materiais para submeter a si a vontade, não há como ela desprender-se desse fetichismo sem alterar radicalmente essa mesma base material.

Atualmente, e mais agora do que à época de Marx, não resta qualquer possibilidade de se consolidar uma produção humana independente da produção de mercadorias. O objeto que se separa de seu produtor e se volta contra ele como algo externo e estranho às suas determinações, e à satisfação de suas necessidades, é uma condição inseparável da produção de mercadorias. Desaparecem as condições do intercâmbio direto de produtos - de valores de uso -, e inviabiliza-se sua recuperação atual enquanto

---

<sup>14</sup> "Enquanto em cada ato de troca - considerado isoladamente - são mantidas as leis do intercâmbio, o modo de apropriação pode experimentar um revolucionamento total sem que seja afetado, de forma alguma, o direito de propriedade adequado à produção de mercadorias." (Marx, 1984:169)

<sup>15</sup> Talvez por perceber a impossibilidade de resolver essa antítese entre o valor de troca e o valor de uso na sociedade contemporânea, Gorz em seu clássico livro *Adeus ao Proletariado - para além do socialismo* tenha vislumbrado como solução a ela uma dualidade de atividades produtivas, ora na esfera da heteronomia, ora na da autonomia, supondo que a sociedade produtora de valores de troca, por ser inevitável e até necessária, pudesse seguir seu curso lado a lado a uma alternativa social libertária. ("a heteronomia do trabalho, conseqüência de sua socialização e de sua produtividade multiplicadas, também é o que torna possível e desejável a liberação do tempo, a expansão das atividades autônomas.") (1982:18)

atividade marginal e alternativa, pois com a circulação das mercadorias "desenvolve-se todo um círculo de vínculos naturais de caráter social incontrolláveis pelas pessoas atuantes."(Marx,1983:99) E não há nada que escape a esse círculo.

Isso no que se refere, apenas, à menor célula da produção orientada pelo capital – a forma mercadoria. Quando nos voltamos ao funcionamento do sistema do capital em sua escala global, e ampliamos a dinâmica observada nas mercadorias, os “possuidores de mercadorias” passam a ocupar funções econômicas e sociais bastante diferenciadas.

Pois, segundo Marx (1984:161),

O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz, por conseguinte, não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação de capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado.

Como ponto de partida, foi fundamental a separação do produtor de seus meios de produção e a instituição do trabalhador assalariado "livre", que ao se dirigir ao mercado, se vê, e é tratado, como qualquer outra mercadoria. Além de produzir seu próprio valor, o trabalhador produz o trabalho excedente que é apropriado pelo capitalista, e, assim, o capital surge como o "valor que explora a força criadora de valor", e o trabalhador como produtor da "riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora." (Marx,1984:156)

Já não se trata mais de dois “possuidores de mercadorias” que se dirigem igualmente ao mercado. O processo de produção capitalista "reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador.", pois de outra forma, não existiria a relação-capital.

O processo de produção é inseparável da relação-capital, tal qual foi constituída, assim como, de suas personificações econômicas, o capitalista e o trabalhador. Não há como, mantidas as condições da produção e reprodução dessa relação social, cindir em partes autonomizadas o todo organicamente articulado ou, ainda, pretender que o capital abstenha-se de utilizar os meios indispensáveis à sua acumulação e valorização apenas circunstancialmente, ou por um ato de vontade individual de suas personificações econômicas. Isso resultaria na ruína de quem se aventurasse a reverter isoladamente tal processo, ou geraria uma desorganização total da produção, cujas conseqüências seriam desastrosas frente a ausência de uma alternativa que, de fato, não fosse mera repetição piorada da relação dominante.

Não há condescendência possível do capitalista (ou do "amável" capitalista) que possa suavizar a exploração do trabalhador. Ainda quando tem-se alguma margem de redução da taxa de exploração essa margem é determinada pelo nível de acumulação imperante no processo global, cujo

desenvolvimento não pode interromper, sob o risco de crise, a escalada progressiva em forma de espiral da acumulação capitalista.<sup>16</sup>

Sob o ponto de vista do trabalhador, e de alternativas de produção associativa a serem experimentadas nas margens do mercado, atuam os mesmos mecanismos determinantes da acumulação ampliada, uma vez que não há como se cortar todos os vínculos com o mercado, seja na obtenção dos meios de produção, seja na distribuição da mercadoria produzida. Mesmo quando o destino é o auto-consumo, os indivíduos envolvidos apresentam, nas demais esferas da vida cotidiana, outras necessidades só supridas através da troca com o mercado, pois não é viável um regime absoluto de auto-suficiência, tendo em vista a sociabilidade e o desenvolvimento técnico-científicos atuais. De alguma forma ou em alguma esfera as mercadorias voltam a se impor sobre a vontade de autonomia do trabalhador. E sua "libertação" parcial é de novo reincorporada e colocada sobre o comando do capital.

A lei da acumulação capitalista se revela essencialmente "incontrolável pelas pessoas atuantes". Ela expressa as condições de existência da relação-capital, e da atuação integrada do capitalista e do trabalhador à sua lógica reprodutiva. Segundo formulação de Marx (1984:193), ela

expressa, (...), de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador.

Se a exploração do trabalhador é ineliminável da relação-capital por ser condição à criação de valor, e a necessidade de desenvolvimento do trabalhador está subsumida à valorização das coisas, como podem dois pólos antagônicos conciliarem interesses tão vitais? E não se trata de uma relação de proporcionalidade da riqueza distribuída, mas do próprio caráter antagônico da acumulação. "A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria (...) no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital." (Marx, 1984:210)

A partir de Marx é inviável conceber-se, no capitalismo, a concomitância de modos de produção antagônicos, cuja missão de um deles seja a eliminação do modo precedente.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> "Considerada concretamente, a acumulação se reduz à reprodução do capital em escala progressiva. O circuito da reprodução simples se altera e se transforma, na expressão de Sismondi, em uma espiral." (Marx, 1984:164)

<sup>17</sup> Apesar de polêmica, é clara a afirmação de Marx na *Ideologia Alemã* (1987:49): "toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento."

O fato de hoje nos defrontarmos com novas expressões dessa lei geral da acumulação capitalista (e de seu caráter antagônico), não existente à época de Marx, e de a velocidade do desenvolvimento das forças produtivas ter desencadeado inumeráveis fenômenos sobre a forma atual de sujeição e exploração do trabalho, fez com que a atenção de alguns teóricos de esquerda<sup>18</sup> fosse despertada, no sentido de desenvolver a teoria social de Marx naqueles aspectos insuficientes à compreensão da nova realidade e de reacender a atualidade da alternativa socialista. Muito mais que condená-la à total inadequação ao mundo contemporâneo, como muitos o fazem, eles reconhecem a validade geral da teoria social de Marx, e mais, tal como Mészáros, apontam para o aprofundamento das tendências gerais de desenvolvimento e crise do capitalismo antes indicadas por ele. É o que veremos a seguir.

### 3.

Como já havia apontado Marx, no processo de produção capitalista a subordinação das necessidades humanas às necessidades da produção de mercadorias é uma das condições fundamentais à liberação sem limites da realização do capital. Se numa fase inicial foi possível reconhecer, nesse mecanismo auto-reprodutivo do capital, resultados civilizatórios<sup>19</sup>, e uma tendência, ainda presente à época, de crescimento do círculo de consumo, a acumulação no capitalismo plenamente desenvolvido, de acordo com Mészáros, é guiada por objetivos bastante diversos.

Segundo esse autor (Mészáros,1989), ao contrário da análise de Marx voltada ao capitalismo do século 19, os requisitos atuais para a reprodução ampliada do capital são outros. Não se visa mais o crescimento do valor de uso, nem mesmo, por conseguinte, a expansão da periferia da circulação. A crise estrutural do capitalismo, fundada essencialmente na imanência de sua contradição insolúvel entre aumento incessante da produtividade e diminuição do trabalho vivo (a fonte criadora do capital, enquanto força de trabalho, e meio de realização do valor de troca, enquanto consumidor) encontrou nova forma de obtenção das taxas de lucro necessárias à auto-valorização do capital.

A produção passa a ser impulsionada por uma "tendência para reduzir a verdadeira taxa de uso" das mercadorias, não importando as horas de uso desperdiçadas de uma mercadoria ao ser substituída por outra, ao se realizar um novo valor de troca. É o que Mészáros chama de produção-dissipadora (1989:59-60): uma forma ainda mais radical de desvencilhamento "das restrições estruturais do valor-de-uso enquanto atado à necessidade humana e ao consumo real". O que significa, também, "a

---

<sup>18</sup> Entre eles temos Rosdolsky (1983:11), que desenvolveu um respeitado estudo sobre os *Grundrisse* com a intenção de "aproveitar cientificamente alguns dos novos descobrimentos ali contidos."

<sup>19</sup> "o capital cria a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, como os próprios vínculos sociais dos membros da sociedade. Daí a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um estágio social, em comparação com o qual todos os anteriores aparecem como meros desenvolvimentos locais da humanidade ou idolatria da natureza. Pela primeira vez a natureza se converte puramente em objeto para a humanidade, em pura matéria de utilidade; cessa de ser reconhecida como um poder para si mesma; (...)." Marx (*Grundrisse* - Penguin Books, Harmondsworth, 1973:408-10), *apud* Mészáros (1989:58).

destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados - como meio dominante de ordenação do capital superproduzido."

É dessa forma que o capital, ao invés de "produzir um círculo de consumo integral cada vez mais rico" (como gostariam os defensores da distribuição racional e eqüitativa da riqueza social), monta uma estratégia de aceleração do número de transações no círculo de consumo dado, pouco lhe importando que nessa mudança de rumo "vastos segmentos da população podem ser ignorados sem risco algum para o desenvolvimento capitalista, mesmo nos países 'avançados', para não mencionar o resto do mundo mantido num subdesenvolvimento forçado." E assim, a maturação de suas contradições internas vai sendo retardada.(Mészáros,1989:92/70)

Essas tendências observadas no capitalismo do século 20 só fizeram acentuar as leis gerais já atuantes, além de explicitarem sob novas formas o caráter antagônico da acumulação. Mesmo com o aumento da produtividade e do avanço tecnológico e da informática, enfim, com um nível de produção jamais alcançada pela humanidade, o aumento dos índices de pobreza no mundo têm sido reconhecidos até mesmo pelos organismos mundiais do capital, apesar de, para eles, esse fenômeno aparecer como resultado de desajustes do modelo econômico ou de políticas distributivistas ineficientes, e não como efeito imanente da própria relação-capital.

É esse desprezo pelo caráter antagônico da acumulação que tem levado setores da esquerda a vislumbrarem saídas emancipatórias no interior do próprio capitalismo. Na visão parcializada dos 'benefícios' do desenvolvimento avançado do capitalismo e seus descobrimentos tecnológicos e informáticos nota-se um elogio ao desenvolvimento das forças produtivas. Como se ele pudesse obedecer a um poder alheio à relação-capital (ou seja, ao seu antagonista imediato - o trabalho) e pudesse virar as costas aos requisitos da auto-valorização do capital para atender às prioridades e necessidades humanas, ou interromper voluntariamente a tendência à diminuição do trabalho vivo e, sua principal conseqüência social, o desemprego estrutural.<sup>20</sup>

O que chama a atenção é que, para esses autores, o desenvolvimento das forças produtivas adquire uma autonomia e neutralidade tais que se ignora o fato de se ter atingido esse nível de desenvolvimento enquanto objetivo funcional à acumulação e expansão do capital em sua nova estratégia produtiva já sublinhada. Como se fosse uma simples modalidade técnica e organizativa independente, para a qual não tem qualquer importância o fato de o computador e a robótica, serem, antes de tudo, meios de produção para o capital. Enlevados pelas conquistas tecnológica e informacional chegam ao extremo de

---

<sup>20</sup> " o impacto negativo da autonomia tecnológica - que em situações de crise parece contradizer os interesses vitais do sistema - está de fato completamente afinado com os ditames materiais inalteradamente orientados para o capital, mesmo se, do ponto de vista do capital, seja preferível manter encobertas as contradições subjacentes." (Mészáros, 1989:35)

presumirem a "desmaterialização do mundo"<sup>21</sup>, acompanhada da liberação do trabalho (e do crescimento do tempo livre), "como se o liberássemos assim também da constrição relativa à reprodução da relação intrínseca ao modo de produção capitalista (...)." (La Grassa,1996:164),

Sob a lógica reprodutiva do capital até mesmo os resultados positivos do grau de desenvolvimento alcançado são subsumidos às "necessidades artificiais da destrutiva expansão do capital", desse modo, segundo Mészáros (1989:92-94),

o aumento assombroso das forças *abstratamente* 'produtivas' da sociedade, (...) estão condenadas a permanecer abstratas e estéreis, mais ainda, *contra-produtivas*, por causa de sua incrustação social capitalista e dissipação destrutiva.

Por todas essas razões, não há como supor que a "expansão do valor-de-uso humanamente significativo" seja possível "dentro dos limites produtivos desta formação social."; nem com toda a boa vontade dos defensores do avanço gradual de formas associativas alternativas dentro do capitalismo.

Não é possível, dentro do capitalismo, como também fora dele, pois não há qualquer esfera da vida em que os critérios da auto-valorização do capital não imperem. Esta é uma das teses principais que Mészáros desenvolve à exaustão no *Beyond Capital*<sup>22</sup>(1995:61), uma vez que se refere ao capital como "um modo de controle metabólico social incontrolável"<sup>23</sup> que atua num "quadro de referências 'totalizador' de controle em que tudo o mais, inclusive os homens, deve caber, e com isso provar sua 'viabilidade produtiva' ou perecer, se não conseguirem fazê-lo."

Com a consolidação do sistema do capital na história torna-se totalmente inconcebível a existência, com alguma significância, de espaços na vida social que não se submetam aos seus imperativos de auto-reprodução. No capitalismo já plenamente desenvolvido tudo encontra-se sobre o controle do capital, onde até mesmo a ampliação de benefícios pelos trabalhadores é regulada pela capacidade do sistema em transformar conquistas em vantagens, podendo, no momento seguinte, quando assim julgar necessário, e num movimento totalmente inverso, revertê-las. Contra esse movimento de auto-preservação expansiva, as forças sociais antagônicas são incapazes, hoje, de obter

<sup>21</sup> "A presumida desmaterialização do mundo devido ao uso da tecnologia de tratamento da informação (e em tempo real!); à mercadoria informática ou ao dinheiro informático; à possibilidade de liberação do trabalho e de se ter mais tempo livre,...); opõe-se, ao invés da liberação do trabalho, o aumento irreversível da desocupação e marginalização; em seguida à expropriação da capacidade de direcionar autonomamente a própria atividade de transformação do produto material, àquela (capacidade) relativa à capacidade mais íntima de nosso cérebro, a capacidade de elaborar informação e criar imagem do mundo." (La Grassa,1996:164)

<sup>22</sup> As citações do *Beyond Capital* utilizadas nesse trabalho foram extraídas de tradução, em fase preliminar, a ser publicada pela Boitempo Editorial.

<sup>23</sup> O sistema do capital globalmente dominante "sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação no mesmo pé da agricultura, a arte não menos do que a indústria manufatureira, sobrepondo implacavelmente seus próprios critérios de viabilidade a tudo, desde as menores unidades de seu 'microcosmo' às mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processo de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre favorecendo os fortes contra os fracos."(Mészáros,1995:41)

sucesso até mesmo em questões parciais, que dirá convencer o capital, através de suas personificações econômicas, a se voltar contra as necessidades de sua reprodução ampliada. Hoje, trata-se de superá-lo, "na totalidade de suas relações", estando fadado ao fracasso qualquer tentativa de deslocá-lo temporariamente.

Para Mészáros, o fim da fase de ascendência do capital e o aprofundamento das crises estruturais, que têm mobilizado todas suas reservas acumuladas para manter em equilíbrio (instável) o sistema, inviabilizaram qualquer resultado mais duradouro das conquistas defensivas, cerne da proposta socialista reformista, e desmascararam, com certa crueza para as massas de trabalhadores desempregados, o "caráter irrealizável de suas estratégias", entre elas a alternativa de poder compartilhado entre capital e trabalho. Essas forças não possuem o poder necessário para "reformular o incontrolável", uma vez que

*o poder do capital social total enquanto controlador do processo de reprodução sócio-metabólica é indivisível, apesar das mistificações perpetuadas pela ideologia burguesa sobre "a divisão de poderes" na esfera política. (1995:716)*

Manter inalterada a base material do poder do capital e a subordinação do trabalho como uma condição de sua auto-reprodução impugna de princípio qualquer proposta de negociação política que não se restrinja apenas a "'melhorias e corretivos' somente em nível de efeito e conseqüências, mas não em nível da base causal". Do mesmo modo, e em função das mesmas restrições materiais,

A relação entre capital e trabalho não pode ser considerada simétrica, com a possibilidade de equilibrar o poder em disputa entre os dois, muito menos de alterá-la a favor do trabalho.(1995:717)

Esse tipo de alternativa política só pode esbarrar, mais cedo ou mais tarde, nos limites estruturais inerentes ao próprio sistema do capital. O requisito da negociação com vantagens para os trabalhadores e a vinculação dessa estratégia a um projeto socialista futuro, transforma-se assim em mistificação da verdadeira causalidade do sistema do capital, levando ao descrédito crescente das massas as propostas de superação radical do capital. A tentativa de colocar lado a lado, sem qualquer subordinação hierárquica o capital e o trabalho, pelo visto, só tem entusiasmado aos "representantes" do trabalho, enquanto o capital continua a atender as necessidades da reprodução ampliada do seu sistema orgânico, sem qualquer respeito às necessidades vitais dos trabalhadores, ou a acordos firmados mutuamente.



Pensar que o “capitalista ou capital personificado”<sup>24</sup> poderia ser convencido da necessidade de dividir poder ou riqueza, e impor a si próprio restrições quanto a seus imperativos de auto-reprodução, é outra variável da equação socialista reformista que é totalmente incongruente com a realidade concreta desse modo de produção movido pela acumulação ampliada e, portanto, inconstrita<sup>25</sup>, do produto do trabalho social.

Nesse mesmo sentido, Mészáros argumenta que,

Naturalmente, a questão da restrição não pode ser separada das características objetivas e determinações estruturais do sistema em relação ao qual surge a necessidade de restrição. Neste sentido, esperar do capital se conter a si próprio não é nada menos que esperar um milagre acontecer. Pois o capital só poderia adotar a auto-restrição como uma característica significativa de seu modo de operação deixando de ser capital.(1995:805)

Além disso, resta saber a quem caberia controlar os mecanismos de restrição. Qual personificação do capital teria o poder concentrado, e sem contradições com o conjunto dos capitalistas, para realizar tal tarefa. Interesses diversos, pois competitivos, são continuamente administrados para a preservação do sistema do capital, e dada a desproporção na escala de acumulação existente entre os diversos segmentos do capital, qual seja comercial, industrial ou financeiro, a realização dessa tarefa enfrentaria graves dificuldades em dimensionar a quota-parte de restrição a ser infligida a cada setor de atividade e tipo de capitalista. Sem dúvida, reações e poder de influência diferentes seriam claramente percebidas quando se tratasse de uma transnacional, ou de um pequeno empresário de um país periférico, o que acentuaria a natureza da incontrollabilidade, com o provável agravamento das contradições imanentes ao sistema do capital.

Sob a égide da lógica do capital, promover formas de restrição que inibam seus impulsos incontrolláveis à acumulação e expansão, no sentido de uma outra lógica baseada na satisfação das necessidades humanas e não do lucro, é um retorno ao mito da "Economia Mista" e das técnicas neokeynesianas. Para Mandel (1990:238-9), como também indica a análise de Mészáros, a tese da "Economia Mista" é insustentável, uma vez que sequer responde a questão de "como as empresas capitalistas podem se comportar de modo não-capitalista, ou seja, escapar às contradições inerentes ao modo de produção capitalista?", ou ainda, outras tais como:

---

<sup>24</sup> Termos utilizados por Marx (1983:129) n’*O Capital*.

<sup>25</sup> Marx assim representava o mecanismo da acumulação, sem restrições, no sistema do capital: " Se o capital aumenta de 100 a 1.000, então 1.000 é agora o ponto de partida da qual o aumento tem que começar; a multiplicação décupla, por 1.000 por cento, não importa; lucro e juros eles próprios se transformam por sua vez em capital. O que apareceu como valor-excedente agora aparece como simples pressuposição, etc., como incluído em sua composição simples." Idem, *ibidem* (p.335), *apud* Mészáros (1995:805).

Quem obrigará os donos de trustes a se inclinarem diante das decisões governamentais em matéria de investimentos não somente contrários a seus interesses, mas nem mesmo complementares? Como impedi-los de 'desestabilizar' a economia nacional com a ajuda de seus 'irmãos' de classe externos, na medida em que aceitam os imperativos da 'economia aberta'? (...). De onde tirar os recursos suplementares para retomar de uma só vez o consumo de massas, os serviços sociais, e os investimentos públicos, se a burguesia se recusa a pagar por interesses próprios?

A efetividade dessas negociações estaria sempre ameaçada, devido à natureza do sistema ser estruturalmente antagônico<sup>26</sup>. Não se escaparia, no fim, de uma "prova de força". O que, segundo Mandel, "significa em termos econômicos ou expropriar o capital, ou se inclinar perante ele. E significa em termos políticos ou a conquista do poder pela classe trabalhadora, ou o retorno drástico da burguesia (...)."

Portanto, não há como conciliar duas propostas de natureza tão antagônica. A fase de conquistas defensivas idealizadas pelo socialismo reformista está esgotada, e desacreditada por seus fracassos, o que só reafirma a necessidade dos trabalhadores partirem para uma postura ofensiva em defesa do socialismo.

#### 4.

Uma última, e fundamental, razão é acrescida por Mészáros na defesa da tese da incontrollabilidade do capital. Para ele, seguindo as indicações de Marx, o capital não é uma "entidade material", um meio de produção, um montante de moeda, ou um "mecanismo racionalmente controlável", sob cujo poder de proprietários privados se submete. É uma relação social entre pessoas (na verdade, que expressa a relação de coisas e não de pessoas) e que se sustenta através do comando exercido sobre o trabalho<sup>27</sup>, do qual extrai o valor excedente - sua fonte de auto-valorização. É ainda, segundo Marx, "uma relação de compulsão a qual não se apóia em quaisquer relações pessoais de dominação e dependência, mas simplesmente emerge da diferença nas funções econômicas."<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup>Para Mészáros (1995:49), esse antagonismo "se manifesta em conflitos fundamentais de interesse entre as forças sociais hegemônicas alternativas." E "mesmo quando o capital ganha a primazia nas lutas, os antagonismos não podem ser eliminados - apesar de todo o arsenal de racionalidade ativado em interesse de tal resultado pela ideologia dominante - precisamente porque são *estruturais*. (...) estamos preocupados com as *estruturas* vitais e portanto *insubstituíveis* do capital, não com as limitadas contingências históricas (transcendíveis pelo próprio capital)."

<sup>27</sup> "a *condição absoluta* do comando objetivado e alienado sobre o trabalho -- exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas existentes e possíveis -- deve permanecer sempre. Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena histórica." (Mészáros, 1995:609)

<sup>28</sup> Marx - Idem, *ibidem*(p.426), *apud* Mészáros (1995:607).

Não se trata, no entanto, de uma relação simples, quantitativamente multiplicada ao infinito. É o que nos diz Mészáros (1995:607) ao citar Marx<sup>29</sup>:

o capital 'não é uma simples relação, mas um processo, em cujos vários momentos sempre é capital. ...a troca não permaneceu com o pôr formal de valores de troca, mas necessariamente avançou para a sujeição da própria produção ao valor de troca.' O que de fato está em jogo, pois, é o processo de auto-constituição circular do capital e auto-reprodução ampliada em sua forma mais desenvolvida.

Esse poder de auto-constituição circular lhe é garantido pela sujeição total de toda a produção e reprodução da sociedade, conquistada de forma que não houvesse barreiras locais ou individuais que impedissem seu livre curso. Todo o valor gerado com a acumulação primitiva passa a ser capital de capital; o que antes era seu pré-requisito (o dinheiro e a circulação simples) transforma-se em seu pressuposto. Nessa fase, de acordo com a análise de Mészáros, ele recria seus próprios pressupostos ao dominar as condições de criação de novos valores sem troca no interior do processo de produção. O que antes encontrava-se exterior ao capital a partir de agora passa a ser "sua própria causa" - sua *causa sui*.<sup>30</sup>

O processo adquire um movimento próprio que pouco depende da ordem ou contra-ordem dos capitalistas individuais. Esses são personificações do capital<sup>31</sup>, no sentido em que atendem a determinações emergentes das "diferenças das funções econômicas" já estabelecidas, e não podem tomar decisões que interrompam o processo de auto-reprodução ampliada, sem que corram o risco de declarar sua auto-ruína enquanto figura jurídica possuidora de capital.

E mesmo que se pudesse remover o capitalista de sua função econômica, o comando sobre o trabalho não seria restituído ao trabalho, uma vez que, o capital continua a existir sem o capitalista<sup>32</sup> - ele "enquanto tal é o real (...) sujeito em comando, permanecendo 'sempre capital' mesmo em suas instâncias personificadas".(Mészáros,1995:619) Pode se cercar das mais diferenciadas formas de relação de posse, e seguir seu fluxo reprodutivo, recolocando sobre seu controle toda veicidade

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, (p.258-9), *apud* Mészáros (1995:609).

<sup>30</sup> "Estes pressupostos, que originalmente aparecem como pré-requisitos de seu devir, e que portanto não poderiam surgir de sua ação enquanto capital, agora aparecem como resultados de sua própria realização, realidade, tal como posta em existência por ele, não como condições de sua emergência, mas como resultado de seu próprio ser." Marx – Idem, *ibidem* (p.253), *apud* Mészáros (1995:609).

<sup>31</sup> Pois como afirma Mészáros, (1995:65-6) estamos falando de um "sistema de controle *sem sujeito* (*subjectless*). As determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos - para não mencionar as possíveis reservas críticas - do *peçoal* controlador que é chamado para traduzir esses imperativos em diretrizes práticas. É por isto que o *peçoal* dos altos escalões da estrutura de comando do capital - quer pensemos em capitalistas privados ou em burocratas do partido - só pode ser considerado 'personificações do capital', independente do quão entusiasticamente eles possam ou não gostar de pôr em execução os ditames do capital como indivíduos particulares." (Mészáros,1995:65-6)

<sup>32</sup> É Marx quem diz que "o *capital* dá origem ao *capitalista*.", e não o contrário. Idem *ibidem* (p. 245 - Itálicos de Marx), *apud* Mészáros (1995:619).

substitucionista, qual seja, qualquer substituição da personificação do capital por uma sua variação mais adequada. Sob essa ótica, a relação causal cujo sentido vai do capital ao capitalista, permanece inalterada.

Enquanto o capital, como um sistema orgânico, contar com as condições necessárias à apropriação privada do trabalho não-pago e de manter o efetivo comando sobre o trabalho (garantido pela separação entre produção e controle), ele continuará a exercer o 'poder soberano' sobre toda a produção e reprodução social.<sup>33</sup>

Por essas razões, para Mészáros (1995:609),

Nenhum mecanismo jurídico pode por si só remover o capital do processo sócio-metabólico enquanto um comando sobre o trabalho necessário (...). Não é possível restituir o poder alienado de comando sobre o trabalho ao próprio trabalho simplesmente mirando as personificações do capital do capitalista privado, mas apenas substituindo o 'sistema orgânico' estabelecido como o controlador dominante e que a tudo abarca da reprodução societária. E isto requer a auto-emancipação substantiva do trabalho(...)

Se não se pode enfrentar a relação-capital e atingir sua base fundante enquanto "objetivação antagonisticamente alienada do trabalho social", o capital sempre encontrará, na ausência de uma alternativa que lhe destitua de seu poder de auto-reprodução, uma forma de renovar as contradições e os antagonismos como condição para continuar o movimento expansivo de seu círculo reprodutivo. Nenhuma mudança substantiva pode ser efetivada no interior da relação-capital, sem que se subverta o "antagonismo estrutural do sistema do capital" que é o que "objetivamente o define, em suas partes assim como no seu todo".(Mészáros,1995:620) E isso exige uma superação radical do sistema do capital, com a dissolução do antagonismo estrutural do sistema, de onde tira toda sua energia e sustentação, possibilitando assim que o trabalho, não mais em sua existência subordinada à supremacia do valor de troca, não mais abstrato, possa assumir o controle sobre todas as esferas da produção e reprodução da vida em sociedade.

A perspectiva de tentar gradualmente reverter esse processo de controle reprodutivo do sistema do capital só pode prosseguir existindo baseada na defesa da viabilidade de se reformar o capital. O que implica em promover ajustes ao seu modo de operar, e cercear a profundidade e extensão de seus imperativos acumulativos e expansionistas.

---

<sup>33</sup> "O capital pode, portanto, prontamente mudar a *forma do seu domínio* por tanto tempo quanto (as) condições básicas -- que são constitutivas de seu 'sistema orgânico' e compatíveis com todos os tipos de transformação de detalhes sem alterar sua substância -- não forem radicalmente superadas através da formação de um *sistema orgânico* alternativo, genuinamente socialista." (Mészáros,1995:617)

Ao contrário, para Mészáros (1995:72), o que é necessário é uma "intervenção corretiva - e, em seu devido tempo, reestruturadora - nas determinações causais da ordem reprodutiva social estabelecida." Deve-se deixar de perseguir apenas os efeitos, e tratar as causas do sistema do capital como causas. Nesse sentido, para ele, os socialistas

devem negar o próprio *capital* - na qualidade de inalterável *causa sui* - e não simplesmente alguma de suas variantes historicamente contingentes, como por exemplo o hoje dominante sistema do *capital* global. O projeto socialista representa a necessidade gritante da humanidade de resolver as causas como causas do modo de controle metabólico social estabelecido, para erradicar, agora todas já bastante visíveis e cada vez mais preponderantes, tendências destrutivas do capital, antes que seja tarde demais.

O reconhecimento da incontabilidade do capital coloca, por um lado, em primeiro plano a necessidade de superá-lo enquanto sistema organicamente articulado, e exige que as propostas defensivas de atenuação de seus efeitos destrutivos, tão necessárias na luta imediata quanto mediadoras e transitórias, estejam subordinadas aos objetivos da tomada do controle sobre a produção material e a reprodução social, pelo "sujeito real da produção" - o trabalho. E por outro, inviabiliza qualquer intenção de democratização do capital, consubstanciada em atos compartilhados de poder com seu antagonista estrutural.

### **Considerações Finais**

Com base no exposto até aqui, podemos afirmar que o capital, e sua lógica reprodutiva, não permite no interior de seu sistema orgânico a coexistência de formas produtivas ou de gestão política alternativas que tenham como objetivo final sua eliminação. O fundamento de tal incompatibilidade encontra-se, segundo Mészáros, no modo de funcionamento incontável do capital, na medida em que seu impulso à expansão e à acumulação é irrestringível.

No entanto, conforme já sublinhado, algumas propostas alternativas ao sistema do capital propõem-se a eliminar o trabalho abstrato, ao se criar formas de trabalho em que os sujeitos se auto-administrem e priorizem o atendimento das necessidades humanas, provocando, por conseguinte, a eliminação da base fundante da relação capital-trabalho, além, é claro, de colocar em risco a existência do próprio sistema. O capital (ou se quiserem, o capital personificado como utiliza Marx), não tem como permitir a realização de tal iniciativa, pois, do contrário, estaria sendo conivente com o processo de sua própria destruição, situação inconcebível para um sistema produtivo cuja acumulação e

reprodução em escala progressiva (no sentido de uma espiral) é sintoma indissociável de sua vitalidade.

Por constituir-se em um sistema auto-reprodutivo incontrolável, e encontrar-se em seu estado plenamente desenvolvido, o capital não deixa espaço<sup>34</sup> em que seu poder de controle totalitário possa ser seriamente ameaçado pelas forças do trabalho. Da mesma forma concentradora e centralizadora, tem agido contra os próprios capitalistas, quando necessário à manutenção das taxas de lucro no sistema como um todo.

No entanto, seu poder e equilíbrio (instável) são apenas resultados de um processo social historicamente determinado pela ação consciente ou inconsciente das partes atuantes, e não obedecem a qualquer princípio transcendente, a não ser o poder terreno que exerce sobre o próprio homem produtor da riqueza social. O capital é uma relação social de natureza histórica e transitória, nada tem a ver com as propriedades físicas ou materiais dos produtos, que, se não transformados pela ação da força de trabalho, continuam a existir na natureza em seu estado original.

A relação-capital, apesar do imenso poder de controle que exerce sobre o todo social, é fruto da relação estabelecida entre homens, e pelos homens, ainda que esses encontrem-se historicamente subordinados pelo predomínio de irreconciliáveis conflitos de interesses. Esse antagonismo entre as “diferentes funções econômicas” (estabelecidas na relação capital-trabalho) exercidas por eles é estrutural, e ineliminável pelo próprio sistema.

Para se ir além do capital é imprescindível a eliminação completa da relação capital-trabalho, e de suas duas formas constituintes independentes. Um novo modo de produção global fundado no trabalho livre e associativo, voltado para a satisfação das necessidades humanas, que ultrapasse a simples luta pela sobrevivência, e possibilite a plena realização de todas as capacidades criativas do homem é inconciliável com a existência do capital.

É por isso que, para Mészáros (1995:78), um projeto socialista significa que

através de uma ação humana consciente e independente (uma ação capaz de agir de tal modo, que suas intenções não sejam uma camuflagem perversa e ilusória para a instrumentalidade sumariamente imposta de uma ordem reprodutiva fetichista), é preciso dar um passo para fora do quadro de referências estrutural do capital e abandonar sua base determinante material, que só está sujeita à constituição de um modo de controle incontrolável.

---

<sup>34</sup> "Não pode haver espaço para intenções eficazes - ou seja, realmente autônomas - serem conscientemente levadas a cabo no quadro de referências estrutural do capital, porque os imperativos e as exigências rigorosamente *instrumentais* do sistema como um todo devem ser impostos e *internalizados pelas* personificações do capital como 'suas intenções' e 'suas motivações'. Qualquer afastamento tentado da requerida instrumentalidade resulta em intenções frustradas e nulificadas, ou seja: inteiramente quixotescas." (Mészáros, 1995:78)

Tendo em vista a necessidade de se despir dessa "camuflagem perversa e ilusória" bastante útil à "ordem reprodutiva fetichista" coloca-se, portanto, como desafio às forças de esquerda que pretendem a superação da sociedade da produção de mercadorias e todas suas implicações ideológicas e materiais subjacentes, também, superar as mistificações emancipatórias representadas por propostas tais como a da "Economia Mista" (por muitos incorporada como a alternativa possível ao fracasso dos socialismos experimentados no século XX), das unidades produtivas autônomas (introduzidas marginalmente no interior do sistema dominante do capital), ou ainda, da democratização do capital (como meio de se alterar a correlação de forças em favor dos trabalhadores).

Nessa mesma medida, a tese da incontrolabilidade do capital, conforme exposta por Mészáros, nos coloca inúmeras questões que exigem uma superação da política quando identificada como “falsa mediação”.

O fato de o sistema do capital tornar inócuas, do ponto de vista estratégico, as intenções reformadoras ou conciliatórias, mesmo que orientadas por interesses emancipatórios dos trabalhadores, não esvazia a função política da luta de classes, ao contrário, indica, isso sim, os limites intransponíveis das políticas formuladas, além, é claro, de questionar o conteúdo teórico nelas contido. Tal tese não inviabiliza a política e a ação dos homens na construção de sua própria história, mas expõe à superfície as impossibilidades de todo tipo de política cujos pressupostos sejam a possibilidade de controle do capital, e sua superação, através de recuos progressivos a ele impostos no plano da política, ao mesmo tempo em que permanece atuante sua base constitutiva de produção material.

Na definição dos passos futuros da esquerda comprometida com o socialismo, o maior problema reside em como intervir numa realidade impulsionada pela crise do capital sem ser consumida por ela e, ainda mais, tornando concreta a alternativa socialista. Para os teóricos de esquerda que se ocupam com tal tema, as dificuldades em conciliar a análise teórica com a intervenção política na realidade imediata sempre foram enormes. Como associar medidas anticapitalistas a uma luta democrática? Como reverter a lógica do capital em embates isolados? Como agir no interior de um Estado capitalista democrático-burguês sem ser por ele engolido ou neutralizado? Essas entre outras questões atormentam os mais atuantes pensadores<sup>35</sup>.

A necessidade de se superar o sistema do capital em sua totalidade, conforme indicada no estudo de Mészáros, tornando objetos da ação política o combate às causas de tal sistema de acumulação e a desmistificação da possibilidade de controle social sobre ele, pode nos alertar sobre o perigo das “falsas mediações” ou da crença na suficiência da vontade política, as quais têm tornado cada vez mais

---

<sup>35</sup> Para Sader (1997:62) é necessário que se “integre a luta democrática no seu amplo sentido político e social, com uma dinâmica anticapitalista, que ponha em questão conjuntamente o capitalismo e o Estado burguês, a cruel ditadura do grande capital monopolista e financeiro e a opressão do poder político e ideológico articulado em torno do Estado.” Uma declaração de intenções que a realidade não tem facilitado sua realização. É só observarmos a trajetória do PT de sua origem até os dias atuais.

distante a possibilidade de construção de uma sociedade emancipada de todo tipo de exploração. Mas não é suficiente.

A dificuldade maior se encontra, segundo Mészáros (1995:489-490), no fato de que “é simplesmente *impossível* traduzir as perspectivas *últimas diretamente* em estratégias políticas praticáveis.” Devemos, no entanto, implementar as medidas possíveis de temporalidade de curto prazo sem nunca perder de vista sua articulação com as perspectivas de “uma nova forma histórica”. É uma dificuldade que, permanentemente, ameaça o avanço de uma proposta socialista e a coloca em constante contradição com seus objetivos últimos de emancipação. Resta saber

como conquistar as *mediações necessárias* e ao mesmo tempo evitar a armadilha das *falsas mediações* constantemente produzidas pela ordem estabelecida de tal modo a integrar as forças de oposição. Pois a realidade de um dado conjunto de ‘má mediações’ -- com toda a sua ‘falsa positividade’ corretamente condenada por Marx -- apenas pode ser contrarrestada por outro conjunto de mediações específicas, de acordo com as circunstâncias em mudança.(1995:490)

A inexistência de condições objetivas, num cenário de crise do capital e refluxo da luta dos trabalhadores pelo socialismo, tem tornado impossível até mesmo a elaboração de um projeto de mediações concretas, que dirá sua aplicação na prática imediata.

Esse destino trágico das propostas socialistas atuais envolve as mais diferentes vertentes teórico-políticas, que da mesma forma demonstram impotência frente às formas de administração da crise empreendidas pelo capital. Uns persistem em continuar tentando, diminuindo cada vez mais seu grau de exigência e de coerência com os “objetivos últimos” da superação do sistema do capital. Outros continuam encurralados entre as “falsas mediações” e as “mediações concretas” sem poder discerní-las e, conscientemente, avançar em direção à construção de uma “nova forma histórica” . Cada ação política é revertida em benefício da manutenção da ordem dominante, contribuindo muitas vezes para a atenuação de conflitos explosivos.

Apesar da enorme contribuição teórica de estudos dessa natureza faltam-nos, atualmente, as condições subjetivas para a realização de um projeto socialista globalmente abrangente. O que só aumenta a necessidade de acordarmos sobre ele e colocá-lo na ordem do dia. E essa é a principal preocupação política presente na obra de Mészáros<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Nesse artigo, preocupação política apenas parcialmente indicada, uma vez que nosso objeto envolve diretamente suas afirmações sobre a incontrolabilidade do capital. Tratar da noção de política e das implicações da luta de classes contemporânea, temas amplamente desenvolvidos por ele no *Beyond Capital*, no decorrer de suas quase 1000 páginas, implicaria um outro estudo específico.



Se concordarmos a respeito dos fundamentos teórico-políticos da necessidade de superação do sistema do capital já não é pouco, e quanto a isso temos muito terreno a percorrer.

## **BIBLIOGRAFIA**

BIHR, A. Da Grande Noite à Alternativa. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

GORZ, A. Adeus ao Proletariado – para além do socialismo. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1987.

LA GRASSA, G. “Riconstruire il Concetto di Modo di Produzione Capitalistico (Per Ripensarne la Transformazione)”- *in* LA GRASSA, G. e PREVE, C. La Fine di una Teoria – Il Colapso del Marxismo Storico del Novecento. Milano: Edizioni Unicopli, 1996.

MANDEL, E. A Crise do Capital. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

MARX, K. Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Politica (Borrador) 1857-1858 - Vol.1. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1973.

MARX, K. A Ideologia Alemã. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MARX, K. O Capital - Vol.I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. O Capital - Vol.I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, I. Beyond Capital. London: The Merlin Press, 1995.

MÉSZÁROS, I. Produção Destrutiva e Estado Capitalista. São Paulo: Editora Ensaio, 1989.

ROSDOLSKY, R. Génesis y Estructura de El Capital de Marx. México: Siglo Veintiuno Editores, 1983.

SADER, E. O Poder, cadê o poder? São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.